

ACESSIBILIDADE EM MUSEUS: DISCIPLINA ELETIVA CONVERTIDA EM OBRIGATÓRIA NO CURSO DE MUSEOLOGIA DA UFOP

ACCESSIBILITY IN MUSEUMS: ELECTIVE DISCIPLINE CONVERTED INTO MANDATORY FOR THE MUSEOLOGY COURSE AT UFOP

Gilson Antonio Nunes¹
Adilson Pereira dos Santos²
Marcilene Magalhães da Silva³

RESUMO: Os direitos das pessoas com deficiências são fruto da luta dos movimentos sociais internacionalmente e no Brasil que conseguiram o reconhecimento do Estado por meio de programas e legislação como a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência alterando inclusive a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro, o Estatuto dos Museus. A partir deste momento os museus tem o dever de implementar o Programa de Acessibilidade a Todas as Pessoas como parte integrante do Plano Museológico. Para formar profissionais capacitados para esta iniciativa e comprometidos com a inclusão das pessoas com deficiência o curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto oferece desde 2011 a disciplina MUL406 Acessibilidade em Museus. As diversas versões do programa da disciplina também são analisadas com os detalhes da ementa. Em 2023 a disciplina passou a ser obrigatória contribuindo para a formação dos Museólogos com a disciplina MUL206 Acessibilidade em Museus.

PALAVRAS-CHAVES: Acessibilidade; Museus; Museologia; Disciplina Obrigatória.

ABSTRACT: The rights of people with disabilities are the result of the struggle of social movements internationally and in Brazil, which achieved recognition from the State through programs and legislation such as Law No. 13,146, of July 6, 2015, which established the Brazilian Law on Person Inclusion. with Disabilities, including amending Law No. 11,904, of January 14, the Statute of Museums. From this moment on, museums have the duty to implement the Accessibility for All People Program as an integral part of the Museological Plan. To train qualified professionals for this initiative and committed to the inclusion of people with disabilities, the Museology course at the Federal University of Ouro Preto has offered the subject MUL406 Accessibility in Museums since 2011. The different versions of the course program are also analyzed with the details of the syllabus. In 2023 the subject became mandatory, contributing to the training of Museologists with the subject MUL206 Accessibility in Museums.

KEYWORDS: Accessibility; Museums; Museology; Mandatory Discipline.

¹ Possui Doutorado em Engenharia de Materiais pela REDEMAT/UEMG-UFOP (2020). É professor Adjunto do Departamento de Museologia da Escola de Direito Turismo e Museologia da UFOP.

² Doutor em Educação (UFMG). Atualmente é pedagogo da Universidade Federal de Ouro Preto, onde exerce o cargo de pró-reitor de graduação, e é membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABI da UFOP.

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016). Atualmente é técnica em assuntos educacionais da UFOP.

1 INTRODUÇÃO

Os direitos das pessoas com deficiências além do reconhecimento do Estado são fruto também da ação dos movimentos sociais representativos.

Esses movimentos sociais progressistas, que partem do diagnóstico sobre a realidade social e constroem propostas, atuando em rede e articulando ações coletivas para resistência à exclusão (FERREIRA e CABRAL FILHO, 2013).

Um dos primeiros movimentos em busca de garantir os direitos a todos foi a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Esse documento afirma que o direito à educação é fundamental para a conquista de outros direitos. Para garantir e ampliar o direito à cidadania, principalmente no que se refere à inclusão de grupos minoritários, outros documentos foram criados posteriormente.

Um Estado democrático, deve estar também articulado com os movimentos sociais, garantindo uma sociedade não excludente que assegure direitos humanos universais por meio de políticas públicas com controle social. Desta forma no processo de redemocratização política no Brasil começaram a surgir nas instituições de educação especial ou de reabilitação grupos de pessoas com deficiência que se reuniam para viabilizar algumas de suas necessidades, sendo a base para estruturas mais organizadas, que propuseram, posteriormente, a elaboração de normativas capazes de garantir a cidadania desse grupo (FERREIRA E CABRAL FILHO, 2013).

Nesse sentido após anos de uma ditadura militar com restrição de direitos e proibição da livre organização dos movimentos sociais o debate em torno da Constituição Federal de 1988 foi um marco para esses movimentos que contribuíram na elaboração da Carta Cidadã. Como outros movimentos nacionais os das pessoas com deficiência participaram do processo da Constituinte (FERREIRA e CABRAL FILHO, 2013).

Após a Constituição de 1988, sequenciando a luta histórica das pessoas com deficiência por novos direitos, foi criada em 1989 a Lei nº 7.853 de 24 de outubro, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE e dá outras providências; e mais recentemente, a aprovação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Dentre os direitos assegurados nesta normativa estão o acesso aos museus e centros culturais e a necessária capacitação dos profissionais destes espaços como os Museólogos. Conforme o artigo 42 é garantido às pessoas com deficiência o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao

lazer em condições de igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Para isso, os monumentos e espaços culturais, como os museus, devem garantir acessibilidade arquitetônica, atitudinal e comunicacional.

1.1 O ENSINO DE MUSEOLOGIA NO BRASIL

O ensino da Museologia remonta à criação do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, pelo Decreto nº. 15.596, de 2 de agosto de 1922, que previa também a criação do Curso Técnico com dois anos de duração (SÁ, 2007). O curso contava com disciplinas que eram distribuídas entre as instituições já existentes: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, e o recém-criado museu, este que é considerado a primeira instituição museológica voltada especificamente para a história da nação (SÁ, 2007).

Depois de uma década, em 1932, o Curso de Museus foi efetivamente implantado como curso técnico no Museu Histórico Nacional e passou a ter mandato universitário em 1951, sendo o curso mais antigo do país (UNIRIO, 2009).

Em 1969 foi criado o segundo curso de bacharelado em Museologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) reconhecido pelo Decreto nº. 83/327 de 16 de abril de 1979.

Outras iniciativas de ensino merecem o registro. Embora extintos funcionaram cursos: de graduação em Museologia na Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, de 1975 a 1995; de especialização da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre 1978 e extinto em 1992; e o curso de especialização do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP/CEMMAE), no período de 1999 a 2005 (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012).

Em 2003 é lançado a Política Nacional de Museus pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DEMU/IPHAN) do Ministério da Cultura, emblematicamente no mesmo museu onde se inicia a formação em Museologia no país. Portanto até esse ano havia em funcionamento dois cursos de graduação em Museologia.

Possivelmente pelo estímulo da Política Nacional de Museus outros quatro cursos de graduação em Museologia foram criados como o da Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE), atual Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE) em Orleans (SC), embora não ofereça turma já há alguns anos. Em 2006 foram instituídos o curso da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em Pelotas (RS) e o da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

(UFRB) em Cachoeira (BA). No ano seguinte, 2007, foi criado o curso na Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de Laranjeiras (SE).

Certamente a Política Nacional de Museus combinada com outra política pública federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Ministério da Educação por meio do Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, fomentou a criação de novos cursos de Museologia: no ano de 2008 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre (RS) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto (MG). Já em 2009 a Universidade Nacional de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife (PE). Finalmente no ano de 2010 a Universidade Federal do Pará (UFPA) em Belém (PA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis (SC), Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia (GO) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Belo Horizonte (MG). O último curso de graduação em Museologia criado e com o efetivo oferecimento de turmas é o da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) em Curitiba (PR) no ano de 2019.

Neste momento todas as graduações presenciais em Museologia em funcionamento estão lotadas em universidades públicas, federais (treze cursos) e estadual (um curso) cobrindo todas as regiões do país. Embora a região norte conte com apenas um curso (UFPA), alguns estados possuam dois cursos como Bahia (UFBA e UFRB), Minas Gerais (UFOP e UFMG) e Rio Grande do Sul (URPEL e UFRGS). No caso da região sul, todos os estados possuem cursos, além do Rio Grande do Sul, tem-se o Paraná (Unespar) e Santa Catarina (UFSC).

O Sistema E-MEC do Ministério da Educação (2023) registra duas graduações em Museologia no Ensino a Distância: Claretiano - Centro Universitário, 2019, e Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) em 2020. O oferecimento destes cursos ocorre de forma controversa, considerando, por exemplo, o Comunicado do Conselho Federal de Museologia (COFEM) manifestando a preocupação quanto à formação profissional dos egressos dessas instituições, oficiando o Ministério da Educação na busca informações sobre os cursos e seus respectivos Projetos Pedagógicos (COFEM, 2023).

1.2 A ÁREA DE ACESSIBILIDADE EM MUSEUS NO BRASIL

A dissertação de mestrado em Cultura e Informação de Viviane Panelli Sarraf defendida em 2008 na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo aponta que a dissertação de mestrado em Artes de Amanda Pinto da Fonseca Tojal com o título Museu de

Arte e Público Especial apresentada em 1999 na mesma unidade universitária é o primeiro trabalho acadêmico sobre a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nos museus.

O artigo publicado por Claudia Celeste Camila Silveira (2019) aborda a dissertação de Amanda Tojal desenvolvida em um museu de arte brasileiro, analisando o acesso da pessoa com deficiência contribuindo para a melhoria do ensino e aprendizagem da Arte Contemporânea por meio das inúmeras possibilidades do espaço museal.

Tojal (1999) caracterizou as deficiências do público visitante do museu e apontando medidas de acessibilidade física e sensorial para as pessoas com deficiência visual, intelectual, auditiva e física, propondo-se diversas ações educativas.

Pelo menos seis trabalhos acadêmicos relativos à acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nos museus, na condição de dissertações de mestrado foram identificadas por Celeste e Silveira (2019).

Nesse processo as políticas públicas para o setor também passaram a prever mecanismos para garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência. Desde 2009 com a promulgação da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro que instituiu o Estatuto dos Museus, que prevê em seu artigo 35 que os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, passando a ser esse um dever das instituições museológicas. Essa legislação foi emendada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, ampliando as obrigações do Plano Museológico quanto à acessibilidade para as pessoas com deficiência inclusive.

Felizmente tanto no Brasil e principalmente o exterior, pelo menos do ponto de vista formal, os direitos das pessoas com deficiência acabam de ser consagrados até mesmo na nova definição de museu aprovada Conselho Internacional de Museus (ICOM) no dia 28 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral da entidade em Praga, República Checa. A nova definição passa a vigorar com o seguinte texto:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM/BRASIL, 2022)

O novo texto traz mudanças significativas com relação à definição que vigorava até então, incorporando termos e conceitos relacionados a desafios contemporâneos, tais como: sustentabilidade, diversidade, comunidade e inclusão (ICOM/BRASIL, 2022).

2 METODOLOGIA

No ano de 2009 durante o II Encontro da Rede de Professores do Campo da Museologia realizado em Salvador e Cachoeira (BA), sediado respectivamente pela UFBA e UFRB, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de traçar um perfil dos quatorze cursos de graduação em Museologia em funcionamento no país (TANUS, 2013). Para o referido levantamento analisou-se os projetos pedagógicos, as matrizes curriculares e os programas de disciplinas obrigatórias de cada um dos quatorze cursos de graduação. Igualmente, nessa pesquisa referente a existência de disciplinas de acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência nos cursos de graduação em Museologia, procedeu-se nas análises desta mesma documentação nas diversas versões dos programas do componente curricular MUL406 Acessibilidade em Museus do curso de Museologia da UFOP.

3 RESULTADOS

3.1 ANÁLISES DOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE MUSEOLOGIA

A partir da análise do processo de formação profissional do bacharel em Museologia nos quatorze cursos de Graduação em Museologia existentes no Brasil no ano de 2010 (sendo todos eles presenciais), não detectou-se o oferecimento de nenhuma disciplina obrigatória específica da área de acessibilidade em museus, de acordo com o levantamento da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012).

É necessário esclarecer que apenas para os cursos das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), da Bahia (UFBA), de Pelotas (UFPEL), do Recôncavo da Bahia (UFRB), de Sergipe (UFS), do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Ouro Preto (UFOP), de Brasília (UnB) e do Pará (UFPA) a comissão de análise da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia teve acesso às ementas disponíveis nos projetos políticos pedagógicos. Para os demais cursos a análise considerou os títulos das disciplinas, existentes nas matrizes curriculares (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012).

Dentre os cursos nos quais as ementas foram analisadas, apenas nas graduações da UFPEL e da UFOP verificou-se que o tema de acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência está presente nos conteúdos de algumas disciplinas obrigatórias (NUNES, SANTOS e SILVA, 2014).

O curso de Museologia da UFPEL, remonta a 2006, estando vinculado ao Instituto de Ciências Humanas sendo que na disciplina obrigatória Introdução à Museologia, oferecida no primeiro período, a bibliografia relaciona um título sobre acessibilidade em museus. E em outro componente curricular obrigatório, Gestão de Museus, oferecida no sexto período, na ementa prevê-se a apresentação de noções básicas de adequação dos espaços para a acessibilidade dos mais diversos públicos (NUNES, SANTOS e SILVA, 2014).

Já na UFOP, o curso de Museologia criado em 2008 está vinculado desde 2013 à Escola de Direito Turismo e Museologia (EDTM) que possui um Departamento de Museologia. A disciplina obrigatória Arquitetura em Museus, oferecida no segundo período até 2012 e no quarto a partir de então, apresenta em sua ementa como componentes das edificações a acessibilidade e estipula o estudo da normatização vigente (NUNES, SANTOS e SILVA, 2014).

A partir deste panorama, possivelmente, a disciplina eletiva Acessibilidade em Museus (MUL406) oferecida pela primeira vez no segundo semestre de 2011 no curso da UFOP configurar-se-á como uma iniciativa pioneira no contexto dos cursos de Museologia no Brasil (NUNES, SANTOS e SILVA, 2014).

Embora haja o reconhecimento da importância de possibilitar aos alunos a formação no tema, cursar a disciplina eletiva fica a cargo da sua livre escolha. Outro aspecto considerado pela UFOP é a não garantia de vagas para todos aqueles que desejassem matrícula, tendo em vista que o componente não fazia parte do conjunto das obrigatórias na matriz curricular do curso. Nesse sentido, a criação do componente, considerado uma conquista, seguiu com o propósito de posteriormente se tornar componente obrigatório.

Cabe esclarecer que no contexto da criação da disciplina, para viabilizar o referido componente curricular, o Curso de Museologia da UFOP buscou expertise nos programas da própria instituição, estabelecendo assim, uma parceria com o Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da Pró-Reitoria de Graduação.

3.2 A COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DA UFOP

A UFOP desde meados da década de 1990 vem desenvolvendo, através do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da universidade, um trabalho de apoio à inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. De acordo com Silva (2016), o objeto do núcleo, indicado no Regimento Interno, aprovado na Resolução do Conselho Universitário nº 790/2006, é eliminar barreiras atitudinais,

físicas e comunicacionais que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência e com outras características específicas, de forma articulada com os setores da instituição.

Nesse sentido a UFOP foi pioneira antecipando em diversos aspectos ao Decreto nº. 7.611 de 17 de novembro 2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência.

Para viabilizar o acesso ao ensino superior público das pessoas com deficiência, durante anos o NEI se responsabiliza em equipar salas especiais nos processos seletivos, observando as especificidades de cada área de deficiência, a metodologia e os recursos específicos. A organização de locais e a disponibilidade de mobiliários adaptados, a ampliação de provas ou a elaboração de provas em Braille, a constituição de bancas de letores e de intérpretes em Libras, bem como a incumbência da seleção de coordenadores com conhecimento desejável para atender às necessidades do candidato são algumas das atividades do Núcleo (NEI/UFOP, 2011).

Posteriormente à aprovação no processo seletivo, na matrícula institucional, as necessidades do aluno são indicadas para que haja condições que possibilitem sua inserção, ativamente, na vida universitária (NEI/UFOP, 2011). Conforme Silva (2016):

Quando é matriculado um estudante com deficiência, a UFOP, por meio do NEI, inicia o processo de escuta, momento em que o aluno expõe suas necessidades educacionais específicas, expressando deficiência e demandas. Com isso, o NEI pode conhecer as especificidades do aluno, apresentando-lhe estruturas de apoio e recursos humanos, pedagógicos e instrumentais. Antes que ele inicie as atividades na sala de aula, o NEI contata o colegiado de curso e os professores, para conhecimento das demandas do aluno, e elabora o Plano de Desenvolvimento Inclusivo (PDIIn), que indica ações de inclusão. Durante todo o percurso acadêmico do aluno, o NEI e o colegiado de curso o acompanham/orientam, de acordo com o estabelecido no PDIIn.

Para cumprir sua missão o NEI possui uma equipe de pedagogos, tradutores em Língua Brasileira de Sinais e bolsistas para o desenvolvimento de suas atividades. Além disso, o Núcleo está equipado com computadores fixos e portáteis; fones de ouvido, gravadores MP3, teclado e mouse adaptados, livros em Libras, livros falados, dicionário de Libras, lupas, programas computacionais de síntese de voz, regletes, livros e revistas em Braille, papel próprio para impressão Braille, impressora Braille e materiais didático-pedagógicos adaptados.

Quando se faz necessário algum atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência como, por exemplo, a tradução e interpretação em Libras, áudio-descrição materiais didáticos especializados, dentre outros, conta-se com o auxílio de interpretes e outros

profissionais técnico administrativos em educação ou alunos bolsistas de desenvolvimento institucional.

O Núcleo possui salas de recursos nas duas das maiores unidades acadêmicas da UFOP: no Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB) e na Escola de Minas, com parte dos equipamentos adquiridos com recursos do Projeto Incluir do Ministério da Educação. O NEI também possui instalações no Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC). Mas a maior infraestrutura está localizada no Bloco de Salas de Aulas, sendo que esses recursos também são aproveitados em dinâmicas e visitas técnicas da disciplina Acessibilidade de Museus.

Desde a aprovação do novo Regimento e Estatuto da UFOP e em particular após resolução do Conselho Universitário em 2019 a estrutura equivalente ao NEI passou a ser designada como Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (CAIN) deixando a vinculação com a PROGRAD sendo transferida para a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE).

3.3 A DISCIPLINA ACESSIBILIDADE EM MUSEUS DA UFOP

Com o objetivo de contribuir na formação profissional do bacharel em Museologia a disciplina Acessibilidade em Museus MUL406, é ministrada a partir de explanações teórico-prático, e realiza visitas técnicas e debates referenciada na bibliografia especializada.

A disciplina eletiva oferecida anualmente com carga horária de 36 horas tem a finalidade de demonstrar a necessidade de uma nova forma de atuação institucional que leve em consideração o direito e o desejo das pessoas com deficiência em se beneficiarem com o acesso à cultura, à arte e ao patrimônio cultural; e também servir como subsídio para a adoção de procedimentos inclusivos e de acessibilidade em museus e instituições culturais.

Desta forma, o programa do componente curricular sofreu duas alterações desde o oferecimento inicial em 2011. Sendo uma alteração em 2018 e a última em 2023 quando a disciplina passou a ser obrigatória nomeada como Acessibilidade em Museus MUL206 oferecida no oitavo período.

O programa original da disciplina oferecida em 2011 previa na ementa:

Conceitos de acessibilidade em museus, a relação entre a Arquitetura e acessibilidade, as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e as ações para inclusão ao portador de necessidades especiais, os edifícios adaptados e edifícios construídos especialmente para museus – exemplos de acessibilidade, os parâmetros básicos para elaboração de projetos de acessibilidade, introdução ao conceito e a noções de LIBRAS e Braille,

estudo e aplicação da normatização vigente. Visita técnica e interação com o NEI-PROGRAD-UFOP, museus de Ouro Preto e Belo Horizonte. (UFOP, 2011)

Percebe-se na ementa original uma forte presença das questões relativas à acessibilidade física mencionando-se a relação entre a Arquitetura e acessibilidade e em especial nos edifícios adaptados e aqueles construídos especificamente para museus. Essa presença ocorre devido à disciplina Acessibilidade em Museus MUL406 ser derivada da Arquitetura em Museus MUL101 que apresenta em sua ementa a acessibilidade à pessoa com deficiência nas das edificações dos museus e inclui o estudo da normatização vigente. Na bibliografia a referida normatização é a Norma Técnica NBR9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em 1994.

Essa ementa ainda refere-se à pessoa com deficiência (PcD) como portador de necessidades especiais (PNE), tal qual estava designado na NBR9050.

Como já demonstrado desde o programa original a disciplina de Acessibilidade em Museus utiliza a infraestrutura e expertise do NEI.

Naturalmente ao longo do oferecimento deste componente curricular percebeu-se a necessidade de refletir sobre o seu programa e uma necessária atualização.

Desta forma a primeira alteração do programa da disciplina ocorre em 2018 sendo sua ementa modificada:

Análise histórica do processo de acessibilidade, a acessibilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, conceitos de acessibilidade em museus, a relação entre a Arquitetura e acessibilidade, as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e as ações para inclusão da pessoa com deficiência, os edifícios adaptados e edifícios construídos especialmente para museus – exemplos de acessibilidade, os parâmetros básicos para elaboração de projetos de acessibilidade, plano de acessibilidade em museus em planos museológicos, introdução ao conceito e a noções de LIBRAS e Braile, estudo e aplicação da normatização vigente. Visita técnica e interação com o Núcleo de Educação Inclusiva (NEI-PROGRAD-UFOP), museus de Ouro Preto e Belo Horizonte. (UFOP, 2018)

Além da denominação à pessoa com deficiência (PcD) de forma adequada conforme estabelecido pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas em 2006 a ementa foi ampliada.

Incorporou-se uma análise histórica do processo de acessibilidade e inclusão, inclusive sobre a perspectiva da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Especificou-se a relação da acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência com as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e principalmente, como já mencionado, em consonância com a Lei nº. 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que alterou a Lei nº. 11.904, o Estatuto de Museus. Essa alteração incluiu a obrigatoriedade dos museus elaborarem o Programa de Acessibilidade a Todas as Pessoas como parte integrante do Plano Museológico (BRASIL, 2015). O Plano Museológico por sua vez é um documento obrigatório e cuja elaboração deve ser coordenada por um profissional museólogo (BRASIL, 2009). Desta forma esses conhecimentos se tornam essenciais à formação dos profissionais museólogos e justificando o oferecimento da disciplina.

3.4 ACESSIBILIDADE EM MUSEUS – DE DISCIPLINA ELETIVA À OBRIGATÓRIA

Caso a análise da comissão da Rede de Professores Universitários do Campo da Museologia realizada entre 2009 e 2010 se desse hoje, seria detectado o oferecimento de pelo menos uma disciplina obrigatória específica da área de acessibilidade em museus em um curso de Museologia, o da UFOP.

Nesse processo, a proposta de tornar o componente curricular Acessibilidade em Museus (antiga MUL406 para a atual MUL206) envolveu discussões no Núcleo Docente Estruturante (NDE), na Assembleia do Departamento de Museologia e finalmente no Colegiado de Curso, instâncias que debatem assuntos de natureza acadêmica e decidiram por realizar alterações na matriz curricular e no Projeto Pedagógico de Curso.

Portanto, os alunos ingressantes no segundo semestre de 2023, quando estiverem no oitavo período (em 2027), frequentarão obrigatoriamente a disciplina que passa a contribuir de forma contínua na formação destes profissionais.

O curso de Museologia por coerência, conceito e atendimento à legislação referente aos temas transversais, aborda-os principalmente por meio de disciplinas obrigatórias tendo como norte alguns eixos centrais.

Desta forma, a temática das relações étnico-raciais (Resolução CNE/CP nº1/2014) são abordadas no componente curricular Antropologia e Museus MUL207, já temas como os Direitos Humanos (CNE/CP nº1/2012) são abordados na disciplina obrigatória Museologia, Diversidade e Direitos Humanos MUL109. E evidentemente a inclusão das pessoas com deficiência no componente curricular Acessibilidade em Museus MUL206 (Lei nº 13.146/2015) e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) por meio do conteúdo de Introdução a

Libras LET966 oferecida pelo Departamento de Letras (DELET) como eletiva para o curso de Museologia por força do Decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005.

A ementa da disciplina obrigatória Acessibilidade em Museus MUL206 preservou praticamente a mesmo conteúdo do momento em que era eletiva:

Análise histórica do processo de acessibilidade, a acessibilidade e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, conceitos de acessibilidade em museus, a relação entre a Arquitetura e acessibilidade, as funções dos museus (preservação, investigação e comunicação) e as ações para inclusão da pessoa com deficiência, os edifícios adaptados e edifícios construídos especialmente para museus – exemplos de acessibilidade, os parâmetros básicos para elaboração de projetos de acessibilidade, plano de acessibilidade em museus em planos museológicos, introdução ao conceito e a noções de LIBRAS e Braile, estudo e aplicação da normatização vigente. Visita técnica e interação com a Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão (NEIPRACE-UFOP), museus de Ouro Preto e Belo Horizonte. (UFOP, 2023)

A manutenção do conteúdo da ementa revela a maturidade da disciplina, ofertada há mais de dez anos, que desta forma continuará a abordar dentre outros a problematização da exclusão social e a diversidade humana. O contexto histórico da inclusão e a caracterização das deficiências. A inclusão como uma decorrência da Declaração Universal dos Direitos da Humanidade e as diversas dimensões de acessibilidade. Os museus inclusivos contra a exclusão social, as estratégias de inclusão e a conservação dos acervos, a relação entre os museus e as pessoas com deficiências sob diferentes abordagens, uma análise histórica do processo de acessibilidade em museus, a arquitetura acessível, o design inclusivo e a normatização específica. As novas tecnologias da informação, as políticas culturais de acessibilidade em museus sobre o ponto de vista dos gestores culturais e das pessoas com deficiências, as barreiras que impedem ou dificultam a acessibilidade, as barreiras ligadas às dificuldades auditivas, de conteúdos, as barreiras ligadas às dificuldades visuais, as ligadas às dificuldades locomotivas e as ligadas a outras deficiências. Uma introdução à Libras e ao sistema Braille. Normas e procedimentos ao se trabalhar com pessoas com deficiência. E por fim o entendimento da complexidade e possibilidades de um Programa de Acessibilidade a Todas as Pessoas a integrar o Plano Museológico e correlacionar-se com as demais dimensões desse documento.

No componente curricular são realizadas visitas técnicas aos espaços do NEI com atividades em grupo bem como a museus de Ouro Preto, Belo Horizonte e até mesmo de São Paulo. Os museus são selecionados em função dos programas destinados à pessoa com deficiência que desenvolvem.

Ao longo dos anos essas visitas técnicas se desenvolveram no Museu da Inconfidência em Ouro Preto, no Museu de Ciências Morfológicas e no Espaço do Conhecimento, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais, no Museu de Artes e Ofícios e Museu das Minas e do Metal Gerdau todos em Belo Horizonte. Já em São Paulo foram visitados o Centro de Memória da Fundação Dorina Nowill, o Museu de Arte Moderna, o Museu do Futebol, o Museu de Arte de São Paulo, o Museu de Arte Sacra de São Paulo e o Museu da Inclusão.

A avaliação da disciplina leva em consideração a participação dos estudantes nas dinâmicas, a realização de provas e principalmente a elaboração de um trabalho com diagnóstico e propostas para o Programa de Acessibilidade para museus de Ouro Preto e Mariana.

3.5 ACESSIBILIDADE EM MUSEUS E OS DESDOBRAMENTOS EM PROJETOS DE PESQUISA

Considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a disciplina Acessibilidade em Museus MUL406, ainda que eletiva, formou alunas que se vincularam a projetos de iniciação científica relacionados ao tema da matéria.

Desta forma no edital de 2019 do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI), foi aprovado o projeto Diagnóstico da Acessibilidade nos Museus de Ouro Preto (executado entre 01/03/2020 a 28/02/2021), já no edital do Programa Bolsa a Iniciação Científica e Tecnológica Institucional (PIBIC) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) em conjunto com a PROPPI no ano de 2021 aprovou-se o projeto Diagnóstico da Acessibilidade nos Museus de Ouro Preto – Remoto (executado entre 01/09/2021 a 31/08/2022) e no mesmo edital no ano seguinte o Diagnóstico da Acessibilidade nos Museus de Belo Horizonte (executado entre 01/10/2022 a 30/09/2023).

Outras pesquisas, desta vez de trabalho de conclusão do curso de graduação em Museologia, foram realizadas desde a implantação da disciplina como a monografia de Ediene Coelho Neto, Acessibilidade como meio de inclusão social e cultural das pessoas com deficiências nos museus, defendida em 2013. Mere Lúcia Saores defendeu em 2014 o trabalho A modernização dos museus e a acessibilidade dos seus espaços - O Estudo de Caso do Museu da Inconfidência de Ouro Preto/MG. A monografia Acessibilidade no Museu da Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto - Uma proposta de implementação de recursos acessíveis

foi defendida por Ana Ligia Campos em 2019. E finalmente o trabalho de Matheus José Mendes Bernardes, intitulada Museologia, Acessibilidade e Inclusão: Barreiras no Mundo Contemporâneo, aprovada em 2023. Outros trabalhos desta natureza encontram-se em desenvolvimento com defesas previstas para os próximos anos.

No contexto nacional, a partir do levantamento realizado por Marcos Francisco Alves (2014) em sua monografia defendida no curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Goiás com o título Caminhos da Pesquisa Museológica no Brasil - Temas e tendências nos Trabalhos de Conclusão de Curso (2008-2014) detectou-se que nesse período foram desenvolvidos dois trabalhos relacionados à acessibilidade das pessoas com deficiência em museus na UFOP, na UFRB e UFS e um na UFPEL. Verifica-se que a UFOP encontra-se bem posicionada nesse levantamento, possivelmente mais um resultado da existência da disciplina MUL406 Acessibilidade em Museus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência deve ser permanente, como contínua necessita ser a adaptação de todas as instâncias da sociedade e seus diversos setores para assegurar a essas a plena inclusão.

Dentre os setores que precisam ampliar a oferta de recursos de acessibilidade estão os museus, sendo flagrante o descumprimento da legislação.

Para alcançar cumprir a missão programática e legal de oportunizar o acesso às pessoas com deficiência nas instituições museológicas, além da decisão política para o estabelecimento dos programas e ações, é necessário profissionais capacitados. Justamente para contribuir com a formação desses profissionais museólogos é que a UFOP passou a oferecer desde 2011 a disciplina eletiva MUL406 Acessibilidade em Museus em seu curso de Museologia. A partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico do curso de Museologia em 2023, a disciplina eletiva Acessibilidade em Museus passa a ser obrigatória com o código MUL206, oferecida no oitavo período, garantindo que todos egressos do curso da UFOP tenham uma formação básica dedicada à inclusão nas instituições museológicas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F. A. *Caminhos da Pesquisa Museológica no Brasil - Temas e tendências nos Trabalhos de Conclusão de Curso (2008-2014)*. 2014. 168 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/TCC_-_Marcos_Francisco_Alves.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2009, 14 jan. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL, Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2015, 07 de jul. Seção 1, p. 2. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro E-MEC*. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 set. 2023.

CELESTE, C., SILVEIRA, C. Acessibilidade nos Museus brasileiros: tendências da produção acadêmica. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, 8(16), p. 196–212, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i16.24783> . Acesso em: 05 out. 2023.

COFEM, Conselho Federal de Museologia. *Comunicado COFEM Sobre Ofertas de Cursos EaD em Museologia*. Disponível em: <<https://cofem.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Comunicado-COFEM-sobre-cursos-EAD.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2023.

FERREIRA, G.; CABRAL FILHO, A. V. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. *SER Social*, Brasília, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 93–116, 2013. DOI: [10.26512/ser_social.v15i32.13036](https://doi.org/10.26512/ser_social.v15i32.13036). Acesso em: 06 out. 2023.

ICOM/BRASIL, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. *ICOM aprova Nova Definição de Museu*, 2022. Disponível em: <<https://www.icom.org.br/?p=2756>>. Acesso em: 23 set. 2023.

OLIVEIRA, A. C. A. R.; COSTA, C. A. S.; NUNES, G. A. Perfil dos cursos de graduação em museologia do Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; OLIVEIRA, Luciane, Monteiro (Org.). *Sendas da museologia*. Ouro Preto: UFOP, 2012. p. 41-65.

NEI/UFOP, *Núcleo de Educação Inclusiva da Universidade Federal de Ouro Preto*. Disponível em: <www.nei.ufop.br>. Acesso em: 29 set. 2011.

NUNES, G. A., SANTOS, A. P. dos, SILVA, M. M da. Acessibilidade em Museus – Proposta de uma Disciplina para o Curso de Museologia da UFOP. In: *Anais do I Seminário Estadual de Acessibilidade em Museus e Instituições Culturais/RJ*. Rio de Janeiro: Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, Superintendência Estadual de Museus do Rio de Janeiro, 2014. p. 158-162.

SÁ, I. C. de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 10-42, 2007.

SILVA, M. M, da. *Processo de inclusão no ensino superior: o caso de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Ouro Preto*. 2016. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

SARRAF, V. P. *Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008.../reabilitacaomuseu.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

TANUS, G. F. de S., A trajetória do ensino da Museologia no país. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, 2(3), 76, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/museologia.v2i3.16688>>. Acesso em: 22 set. 2022.

TOJAL, A. P. F. *Museu de Arte e Público Especial*. 1999. 200f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://arteinclusao.com.br/publicacoes_producoes-academicas/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, Pró-reitoria de Graduação, Departamento de Museologia. *Programa da Disciplina Acessibilidade em Museus MUL406*, 2011.

UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, Pró-reitoria de Graduação, Departamento de Museologia. *Programa da Disciplina Acessibilidade em Museus MUL406*, 2018.

UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto, Pró-reitoria de Graduação, Departamento de Museologia. *Programa da Disciplina Acessibilidade em Museus MUL206*, 2023.

UNIRIO, *Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Museologia*. Disponível em: <<http://www.unirio.br/Museologia/escoladeMuseologia/apresentacao.htm>>. Acesso em: 11 mar. 2009.